

QUE MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA A GUINÉ – BISSAU?



FILIPE SANHÁ

O Conceito de desenvolvimento, é, tradicionalmente, do domínio socioeconómico, significando transformação e produção. Nunca foi um conceito pacífico. O crescimento e desenvolvimento são dois conceitos integrados, correlacionados, mas diferentes, embora não antagónicos. Parece pacífico, considerar que não há desenvolvimento sem crescimento económico. Dos anos 50 a 70, as políticas e concepções de desenvolvimento relacionavam-se com a promoção do crescimento económico e a industrialização ao nível da produção, com a consequente obtenção de uma melhor condição de vida das populações.

Sunkel e Paz (1998), fazem-nos ver que o desenvolvimento industrial foi visto durante muito tempo como sinónimo de desenvolvimento. Todavia o crescimento e desenvolvimento, embora intrinsecamente relacionados, manifestam algumas diferenças ao nível das suas variáveis estruturantes. A vantagem parece tender para o desenvolvimento, pela integração, para além do crescimento, o bem - estar e a qualidade de vida, traduzidos em maiores e melhores oportunidades de acesso à educação, saúde e habitação condigna, para as pessoas. Para ilustrar esta afirmação vale a pena referenciar Furtado

(1974), por considerar que “ a ideia de desenvolvimento económico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da colectividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”

Uma outra variável de inegável valor, e, quase inquestionável é o papel da qualidade de mão-de-obra no desenvolvimento dos países. A relação do homem com a natureza, para daí tirar o seu sustento diário, sempre caracterizou a actividade humana, desde os primórdios da sua existência. Gradualmente, o homem foi aperfeiçoando as suas formas de actuação, numas situações, intervindo em função da realidade dessa mesma natureza e noutras, actuando de forma a adaptá-la às suas necessidades. Também me parece interessante aplicar aqui a velha/actual tese marxista “ *a cada um segundo as suas necessidades e de cada um segundo as suas possibilidades*”.¹

A transformação da natureza em benefício do Homem, cumpre uma tarefa fundamental para o desenvolvimento das comunidades e sociedades. No entanto essa intervenção deve ser equilibrada, para que a prazo não se comprometa essa mesma relação equilibrante, porque, para que essa função possa ser cumprida, a qualidade da nossa intervenção joga um papel central e nuclear. É neste contexto que entra a educação e formação, em prol do desenvolvimento pessoal e das carreiras. Deve-se conhecer bem as características fundamentais da realidade para que essa actividade surta o efeito desejado ou seja o progresso das Nações e Povos.

É sabido que a educação é um pilar determinante do desenvolvimento económico, social e cultural das Nações, pelo que todas as suas variantes devem ser igualmente potenciadas. A formação e qualificação de mão-de-obra nacional tornam-se assim num imperativo nacional, para os países em desenvolvimento.

Todas as nações desenvolvidas investiram somas avultadas no seu sistema educativo numa primeira fase, para que, à posteriori, pudessem colher os devidos benefícios.

Para além do inegável papel/função, históricos, dos mestres, desde Grécia Antiga, Egipto e Roma, é de destacar a sistematização consciente da

¹ - O sublinhado é da minha inteira responsabilidade, por eventuais incorrecções.

formação e qualificação, planeadas, projectadas para o desenvolvimento tecnológico e económico, que teve o seu verdadeiro início, aquando da cientificação do trabalho, no século XIX. Taylor e Ford, desempenharam um papel relevante nessa abordagem e da revolução do mundo laboral e produtivo.

Na prossecução do seu desenvolvimento sustentável, o esforço desenvolvido pelos sucessivos governos democráticos no actual contexto nacional GUINEENSE, tem sido grande, embora limitados pela capacidade financeira, corroída, em parte pela corrupção e noutra pela incapacidade técnica e tecnológica. Isto, porque como é sabido a corrupção é um inimigo implacável do desenvolvimento, porque releva à falta de credibilidade e confiança que são duas das variáveis essenciais na promoção de um desenvolvimento sustentável.

A máquina fiscal nacional está praticamente paralisada, e hoje, o País, para a consolidação do seu próprio orçamento nacional, no segmento dos salários da administração pública, depende, grandemente, da sensibilização das fontes financiadoras externas.

Por isso, para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, parece-me, fundamental, uma vontade política para se estabelecer metas geométricas ao invés das actuais aritméticas, mas como?

Para que isso fosse possível, impunha – se, de forma clara um novo rumo no nosso desenvolvimento sustentado, apostando na nossa massa cinzenta nacional. Essa ousadia, que não me parece suicidária, permitiria atacar as principais frentes, percepcionadas como pólos de industrialização e de geração de riqueza. Mas para tal seria, de facto, indiscutivelmente, necessária e indispensável, a concepção, criação e adopção de um novo modelo de desenvolvimento, cujo principal suporte seria o desenvolvimento do nosso potencial humano, em todas as suas dimensões conhecidas.

Com uma população francamente jovem, constituída por 41% na faixa etária dos 0 -14 anos, dos 15 – 64, em 55,8% e somente 3% de idosos, estamos em presença de um país com um enorme potencial humano para progredir, rumo ao desenvolvimento, se apostar na qualificação da sua mão-de-obra juvenil, dotando-a de competências técnicas e tecnológicas,

indispensáveis a estes novos operadores inseríveis / integráveis no mundo de trabalho, que ainda padece de organização e incentivos.

A questão da saúde, joga neste panorama um papel determinante, na medida em que constitui, indubitavelmente, um dos vectores fundamentais para a inserção deste segmento juvenil e promissor, por se tratar de um pilar indispensável no aumento da produtividade, e, concomitantemente, geradora da riqueza.

Estou convencido da robustez dessa qualificação, por permitir estabilidade, bem-estar, autoconfiança, rompendo com a ideia juvenil de emigrar, em condições deploráveis, que nos envergonha.

Naturalmente, a Guiné-Bissau não poderá realizar esta tarefa, gigantesca, sozinha, por falta de recursos financeiros para a sua implementação, como já referi, mas consegui-lo-á, se, de forma credível e pragmática for capaz de apresentar projectos/planos nacionais, concretos e plausíveis, aos seus parceiros directos. Porque, uma formação profissional de acordo com a realidade social, cultural e económica, permitiria que os potenciais investidores encontrassem, no terreno, quadros e operadores qualificados e hábeis na utilização dos instrumentos/ferramentas tecnológicos de última geração, promotores de um crescimento e desenvolvimento sustentáveis, em termos económicos e também dos nossos recursos humanos, nacionais.

É, reconhecidamente, aceite e consensual que o investimento em capital humano, promove não só o desenvolvimento pessoal, mas também a evolução do próprio PIB. Esta constatação é corroborada, pelo estudo da OCDE (2003)², em que se afirma que “ Para o espaço da União Europeia estima-se que a elevação em um ano do nível médio de escolaridade se traduza no aumento da taxa de crescimento anual entre 0,3 a 0,5 pontos percentuais” e que em Portugal, segundo a mesma estimativa é ainda superior, porque “ o produto poderia ter crescido mais 1,2 pontos percentuais por ano, entre as décadas de 70 a 90, se os nossos níveis de escolaridade estivessem equiparados a média”.

² - OCDE, 2003 – Economic Surveys – Portugal – Structural reform for sustaining high growth, publicado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Português

Portanto, poder-se-á concluir da existência de uma correlação positiva entre o investimento no capital humano e o crescimento a médio e longo prazo, promovendo bons indicadores de competitividade e desenvolvimento.

O desenvolvimento humano proposto pelo Millennium Project da ONU, visa, exactamente, essa preocupação, porque é ele que permitirá a inovação e a melhoria da qualidade na prestação de serviços, habilitando - nos deste modo a uma correcta aplicação das novas tecnologias, assentes em investigações científicas bem sucedidas e abrangentes.

Uma outra realidade que nos deve preocupar a todos, prende-se com a questão de uma língua nacional escrita. Embora não me pareça uma prioridade imediata, é uma questão que merece ponderação e reflexão. A sua importância consta da própria Carta Constitucional da União Africana. Esta questão parece – me, tão importante, que se analisarmos, cuidadosamente, a situação do Continente Africano, na actualidade, podemos facilmente concluir o seguinte:

- A revolução industrial no século XIX, que contribuiu decisivamente para o actual estágio do desenvolvimento europeu, resultou de aturadas investigações científicas, que produziram os resultados, sobejamente conhecidos, impulsionando a Europa para o crescimento e desenvolvimento económico, social e cultural presente.

- Não é menos verdade, que para além da filosofia de dominação colonial, essa revolução não era extensível aos países africanos subsaarianos, dominados, porque a quase totalidade das suas populações eram analfabetas, ou seja, não existia nenhuma língua nacional escrita, que pudesse proporcionar a apreensão de conhecimentos resultantes dessa grande epopeia científica, na fase da independência.

- Pelo contrário, a África do Norte, que já possuía uma língua nacional escrita, ou seja, a arábica, embora houvesse tentativas para seu silenciamento, permitiu aprendizagens significativas e aceleradoras, no período pós colonização, ganhando com isso um avanço significativo no domínio científico, económico e tecnológico, abrindo-se – lhe as portas para consumarem a sua mais que provável integração, no apetecível clube dos tecnologicamente avançados.

No entanto a questão da língua tem uma abrangência que vai para além da sua natureza de veículo comunicacional. Ela também se posiciona ao nível

político e económico, como veiculante de dinâmicas políticas, sociais e culturais, provavelmente esse aspecto poderá estar a obstaculizar a sua adopção, de forma clara e vertical pela própria União Africana.

A CPLP³ não se ressentiria do desenvolvimento e emergência de línguas nacionais escritas, no seu seio, na medida em que os seus mais influentes membros, Portugal e Brasil manteriam, naturalmente, a língua portuguesa, como língua materna, na certeza de que qualquer língua nacional escrita nos seus restantes membros, não destronaria a portuguesa, antes pelo contrário, potencia – la – ia enriquecendo-a, culturalmente, até pela importância que tem, como instrumento de trabalho fundamental, na lógica política de trocas comerciais, consubstanciadas numa diplomacia político-económica activa, investigacional e de relações internacionais.

Sem pôr em causa a actual língua oficial da Guiné-Bissau, a portuguesa, acreditamos, nas virtudes da fixação a longo prazo, de uma língua nacional escrita, promotora da aceleração da apreensão de conhecimentos, capacitantes e promotoras de um desenvolvimento pessoal, económico e social mais visível e redutora do elevado índice de analfabetismo que grassa no país. Tenho a consciência do duro caminho que se tinha que trilhar, porque segundo os especialistas em linguística, o estudo, a fixação léxico – gramatical, pode durar largas décadas. A minha apreensão, relativamente a esta ausência de uma língua nacional escrita prende-se com o facto de cerca de 99%, das nossas crianças serem de origem africana, pertencentes a várias tribos, que numa primeira fase só falam a sua língua materna, na seguinte, crioula, na de socialização, e só ao nível de aprendizagem escolar começam a aprender o português, que se torna para muitas uma tarefa de enorme exigência, com as inerentes consequências, traduzidas em abandono escolar precoce, sem condições mínimas para aprendizagem de uma profissão alternativa, pelo menos com base nos modelos, actualmente, instituídos.

Para um país que pretende sair do clube dos não desenvolvidos, acelerando os seus passos, diminuindo o fosso que o separa dos da linha da frente, tem que iniciar este percurso de investigação da língua, que, a quase totalidade das crianças em idade escolar falam, percebem, para que a prazo,

³ - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

possa vir a ser fixada como língua de aprendizagem dos conceitos fundamentais, nos domínios da ciência e tecnologia, paralelamente à portuguesa.

Para corroborar esta minha posição“ na África a sul do Sara as matrículas aumentaram de 23,5 milhões de alunos em 1970 para 70,7 milhões em 1990, ou seja, triplicaram. Apesar deste tremendo progresso, calcula-se que, em 1990, na África a sul do Sara, 33% das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, num total de cerca de 43 milhões de crianças, se encontravam fora da escola.

Em muitos países subdesenvolvidos a população duplica em cada 20 a 30 anos. Assim, prover educação para todos torna-se uma corrida hercúlea contra o crescimento da população que ultrapassa constantemente a oferta educativa. A não ser que haja um esforço mundial muito mais concertado de assistência a África é impossível que se consiga vencer a corrida contra a explosão populacional. Os baixos níveis de desenvolvimento dos recursos humanos nos países em desenvolvimento estão relacionados com o controlo da ciência e da tecnologia pelos países altamente desenvolvidos. Cada vez mais essa mesma tecnologia está controlada por empresas muito evoluídas que podem não estar muito interessadas em partilhá-la com os países pobres.

A ciência e a tecnologia correm o risco de se tornarem em instrumentos de dominação dos poderosos sobre os fracos, se não forem adequadas e convenientemente aplicadas. E, à medida que o ensino da ciência e da tecnologia se torna mais sofisticado, requerendo professores mais qualificados e equipamentos muito caros, o conhecimento científico e as competências tecnológicas podem tornar-se cada vez menos acessíveis aos países subdesenvolvidos e mais pobres”⁴.

Convém assinalar que, as várias tentativas de implementação de um modelo de desenvolvimento para os países em desenvolvimento, falharam, devido a baixa escolarização, mas também pelo elevado índice de natalidade.

A alfabetização que é, actualmente, a grande bandeira de alguns governos, além do elevado nível de abandono que denota, muitos dos “alfabetizados”, limitam-se a aprender a ler e a escrever, para as tarefas mínimas como assinar o nome, listar algumas necessidades básicas, mas sem poderem estabelecer uma comunicação oral e ou escrita perceptível, e num prazo muito curto entram no “campeonato” dos iletrados.

⁴ - Fay Chung – “ A educação faz a diferença”: educação básica – novos desafios para o século XXI (ex-ministra de educação do Zimbabwe, em memórias da luta de libertação de Zimbabwe), em www.cursoverao.pt/c_1995/FAY001.html

Os dados fornecidos pela UNESCO (2006)⁵, apontam um número astronómico de 781 milhões de analfabetos a nível mundial dos quais 520 milhões são mulheres e 103 milhões jovens. A esmagadora maioria destes são cidadãos dos países em desenvolvimento.

A diminuição do fosso de desenvolvimento económico, social e cultural entre a África negra e os países, tecnologicamente avançados, parece - me, no mínimo, surrealista, sustentada no actual modelo de desenvolvimento. Com estas dificuldades apontadas, os passos de desenvolvimento dos países africanos continuarão a ser muito tímidos, acentuando-se o tal fosso que se pretende esbater, e, com o agravante de puderem continuar a depender dos mais avançados para toda a vida!

Provavelmente, alguns países capitular-se-ão perante a realidade e continuar-se - á a assistir a essa fuga massiva e desesperada, por todos os meios, e as injeções financeiras dos poderosos, terão um fim, com consequências imprevisíveis, porque “ Os surtos de violência nos países em desenvolvimento não podem deixar de afectar os países altamente desenvolvidos, quer seja sob a forma de ataques terroristas, ou sob a forma de afluxos de refugiados, incluindo os refugiados económicos. A contenção desta violência tem necessariamente que partir da criação de condições nos países subdesenvolvidos que, por um lado, proporcionem um ambiente satisfatório e estável e que, por outro, reduzam o fosso existente entre os que têm e os que não têm”⁶

Associada à gestão danosa que ainda enferma o nosso sistema económico e financeiro, assente numa desorganização calamitosa do aparelho estatal, a que se assistiu, na fase inicial da independência, acentuando -se com “ o golpe militar “reajustador” de 1980”, deve constituir uma grande preocupação, o nosso actual estágio do desenvolvimento económico, social e cultural.

A formação profissional, na sua versão de dupla certificação⁷, apresenta - se - me como alternativa ao elevado abandono escolar e a iliteracia.

⁵ - portal.unesco.org

⁶ - Fay Chung – “ A educação faz a diferença”: educação básica – novos desafios para o século XXI (ex - ministra de educação do Zimbabwe, em memórias da luta de libertação de Zimbabwe), em www.cursoverao.pt/c_1995/FAY001.html

⁷ - Certificado obtido releva à carteira profissional, mas também ao nível escolar imediatamente seguinte

E, por isso, vale a pena referenciar o Professor José Negrão (2001)⁸, porque a indução do desenvolvimento em África deve observar:

“(i) A disponibilização de dinheiro barato ao sector empresarial nacional com a finalidade de aumentar a procura junto do sector familiar através da agro - indústria;

(ii) O estabelecimento de parcerias de tipo novo entre os sectores empresarial e o sector familiar, tendo este por capital os recursos naturais da zona que ocupa e o primeiro a tecnologia e o know how de gestão e de acesso aos mercados;

(iii) O desenvolvimento do capital humano, em particular através da educação básica, da melhoria da qualidade da água para consumo e das condições gerais de saneamento;

(iv) Na diminuição das distâncias relativas aos serviços, mercados e recursos através da construção de infraestruturas e da progressiva substituição dos combustíveis lenhosos por eléctricos e fósseis;

(v) Na reconstituição do tecido institucional tendo por princípios a participação a todos os níveis nos processos de tomada de decisão, o balanço nas relações de género e a incorporação das instituições endógenas e transversais nas dinâmicas da governação. “

Acredito que “As sociedades estáveis e que só mudavam muito lentamente características dos séculos passados deram lugar a sociedades que mudaram radicalmente no período de uma geração. Por vezes as mudanças tiveram lugar ainda em períodos mais reduzidos. A educação terá que prover os educandos com as competências adequadas para enfrentarem com sucesso mudanças constantes, mas que ao mesmo tempo lhes permitam manter as suas identidades culturais, sociais, comunitárias e individuais. A mudança constante foi provocada por um desenvolvimento de tal modo acelerado da ciência e da tecnologia que nenhuma parte do mundo pode deixar de sofrer a influência dos desenvolvimentos verificados em qualquer outra parte”.⁹

Em síntese, a promoção da educação, saúde, formação profissional, defesa, protecção do meio ambiente e o nosso rico ecossistema, bem como o combate à corrupção, por uma justiça qualificada, a par da criatividade nacional, parecem constituir a matriz que pode proporcionar este grande desígnio nacional ou seja o reconhecimento, valoração, confiança, respeito e consideração pela Pátria Guineense, nas suas relações, com os seus parceiros.

⁸ - Como induzir o desenvolvimento em África? Documento de Trabalho nº 61, CEsa, Lisboa, 2001, Professor na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, e Director do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário; Presidente do Conselho de Direcção do Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento.

⁹ - Fay Chung - A educação faz a diferença": educação básica - novos desafios para o século XXI, em www.cursoverao.pt/c_1995/FAY001.html

Maia, 2010-01-10

Filipe Sanhá



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org